

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 72, DE 2007

Acresce § 5º ao art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Autor: Deputado JAIR BOLSONARO

Relator: Deputado CARLOS BRANDÃO

I - RELATÓRIO

Vem para exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 72, de 2007, proposto pelo Deputado Jair Bolsonaro. A iniciativa acrescenta parágrafo ao art. 280 do Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de condicionar a imposição de penalidade por infração aos arts. 208, 218 e 219 (avanço de sinal vermelho, excesso de velocidade e velocidade insuficiente) à presença de policiamento ostensivo no local, quando a transgressão ocorrer no período noturno que se inicia às vinte e duas horas de um dia e se encerra às seis horas do dia seguinte.

Justificando o projeto, o autor argumenta que a violência urbana não é adequadamente combatida pelo Estado, o que deixa os condutores de veículos expostos a perigo quando precisam, no período noturno, reduzir a velocidade ou mesmo paralisar o veículo em obediência à sinalização semafórica. Entende que, se o Estado não é capaz de garantir a segurança do cidadão, nessas circunstâncias, não pode dele esperar que coloque sua própria vida em risco.

Não foram apresentadas emendas à iniciativa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Código de Trânsito Brasileiro é lei ordinária de natureza material, isto é, contém normas gerais e abstratas, aplicáveis, portanto, a todos os brasileiros e em todas as porções do território nacional.

Acertadamente, o CTB determina que o excesso de velocidade e o avanço do sinal vermelho constituem infrações de trânsito que, uma vez constatadas, sujeitam os infratores às penalidades previstas na lei. Não importa onde essas infrações sejam cometidas ou quem as cometa. A imparcialidade da norma é total, para o bem de sua efetividade, diga-se. Discussões acerca de consequências da aplicação da norma a casos concretos devem ser levadas à instância julgadora administrativa, primeiramente, e, então, à Justiça, não cabendo ao legislador reformular a lei quando episódios de descumprimento deixam de constituir um padrão quantitativamente significativo e territorialmente relevante.

Em que pese o fato de haver evidentes problemas relacionados à segurança pública em diversos grandes centros urbanos brasileiros, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, não se pode generalizar a situação a ponto de caracterizar todo o país, com seus mais de cinco mil municípios, como uma “área de risco”.

Sequer no interior de uma mesma cidade, é possível caracterizar uniformemente todos os bairros, vias e cruzamentos viários sob um só grau de periculosidade, no que diz respeito a assaltos, furtos e outros delitos relacionados.

Sendo incumbência do Estado o policiamento ostensivo, e do Município a regulamentação de velocidade e de sinalização, parece muito mais adequado que esses entes federados coordenem esforços para que os ataques sofridos por condutores sejam combatidos de forma seletiva, evitando, dessa forma, que a racionalidade da norma seja quebrantada em nome de situações específicas.

Seria o caso, assim, de a autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via, quando for possível (pois nem sempre o é – basta lembrar de cruzamentos de vias arteriais de grande fluxo veicular), programar a sinalização semafórica de maneira a que esta apresente a luz amarela

intermitente ao longo do período noturno. Ou, ainda, que instale em local desejado sinalização cambiante de limite de velocidade, com o intuito de permitir o desenvolvimento de trânsito mais ligeiro nos intervalos de horários nos quais mais acontecem abordagens a motoristas.

Trata-se, enfim, de problema cuja solução deve ser encontrada no âmbito da área onde mais intensamente aquele se manifesta. Há meios técnicos e institucionais para tanto, sem que se necessite mobilizar o Parlamento para promover alteração em lei que, nesse aspecto específico, não merece reparação.

Isso tudo posto, voto pela rejeição do Projeto de Lei nº 72, de 2007.

Sala da Comissão, em 05 de junho de 2007.

Deputado CARLOS BRANDÃO
Relator